

# HISTÓRIA DO COLETIVO

## O feminismo e o movimento de mulheres pela saúde

*Equipe do Coletivo*

Contar a história do Coletivo e do movimento de mulheres pela saúde é recuperar uma parte importante da história do feminismo. Para as feministas, o direito à saúde vai muito além da cura da enfermidade, pois esse direito implica em bem-estar físico, emocional e mental da pessoa. A saúde influi e é condicionada por todos os aspectos de nossas vidas, ela é assegurada pela alimentação, educação, habitação e trabalho. Portanto, não podemos conceber a saúde da mulher como algo desvinculado do seu papel dentro da sociedade e de sua esfera íntima.

As mulheres, em seu processo de tomada de consciência, transformam os problemas pessoais e individuais em assuntos políticos. Quando examinamos nossas próprias vidas, começamos a analisar e a questionar as estruturas sociais que nos oprimem. Ao entendermos essas estruturas, podemos organizar ações para neutralizar as opressões.

Nesse processo de questionamento, as mulheres começaram a desmitificar o exercício da medicina em geral e da ginecologia em particular. Partindo da constatação de que a relação do médico com a paciente era autoritária e as práticas desumanizadas, as mulheres começaram a formar grupos de aprendizagem do autocuidado e de troca de experiências sobre a saúde.

Os primeiros grupos surgiram nos Estados Unidos, nos anos 70, se estendendo, logo depois, para a Europa, a América Latina e o Caribe.

### **As primeiras ações dos grupos**

As primeiras ações foram de denúncia de um estado de coisas, no campo da saúde, que oprimiam as mulheres e outros excluídos.

As feministas tomaram da caneta e desmascararam velhos mitos, como o do orgasmo vaginal. Afirmaram que o amor sexual entre mulheres não era uma doença, mas, sim, uma opção.

Denunciaram que o controle da população, sob a máscara da liberdade de reprodução, era a principal motivação para pesquisa e desenvolvimento dos métodos contraceptivos. Levaram a público que muitas mulheres do Terceiro Mundo estavam sendo usadas como cobaias em pesquisas de alta tecnologia para o controle da natalidade. E mais, que o emprego desses métodos, assim como o da esterilização de mulheres, eram usados por muitos governos como forma de controle populacional.

No campo da indústria farmacêutica, as mulheres organizaram campanhas contra drogas perigosas, como o Depo-Provera. Lutaram, sobretudo, contra as políticas dos laboratórios, que obedecendo às leis de lucro, exercem influência na definição dos serviços de saúde.

As feministas investigaram a pílula e os diversos dispositivos intra-uterinos, denunciando seus riscos.

Exigiram que as mulheres fossem informadas sobre os riscos e vantagens de cada método.

Lutaram pela descriminalização do aborto, que além de um direito de escolha da mulher, por ser proibido, no Brasil e em muitos outros países, é uma importante causa de mortalidade materna. Apontaram que a gravidez e o parto em condições de risco podem levar à morte ou a questões de morbidade.

Listaram novas preocupações, que influenciam a saúde direta e indiretamente, como nutrição, saúde mental, sobrecarga de trabalho etc.

Em síntese, os objetivos do movimento de mulheres pela saúde foram e seguem sendo o de recuperar o conhecimento das mulheres, denunciar a expropriação e o controle do corpo feminino e alcançar uma participação ativa na formulação e implementação das políticas de saúde. Como consequência dos trabalhos desses grupos germinais, a América Latina e o Caribe contam, hoje, com uma forte organização das mulheres em torno da saúde, dos direitos reprodutivos e sexuais. Redes de saúde, publicações, simpósios, seminários, cursos e ações políticas pipocam por todo o continente.

## **Mulheres e saúde no Brasil**

Surgido nos anos 70, o movimento de mulheres pela saúde apresenta um alto nível de organização e de articulação. Um momento emblemático foi a realização do 1º Encontro Nacional de Saúde da Mulher, em 1984. No evento, estiveram presentes mais de setenta grupos de mulheres de todo país, resultando na elaboração do primeiro documento público — a *Carta de Itapeperica* — com as reivindicações das mulheres para a saúde.

Nesse mesmo ano, o Ministério da Saúde implementou o *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher*, Paism, que objetivava criar ações dirigidas às mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos. O movimento de mulheres estava fortalecido com os princípios da *Carta de Itapeperica*, que reivindicava, entre outras questões, que o Paism atendesse a todas as faixas etárias, contemplando, assim, todos os momentos de vida da mulher. A reivindicação acabou por ser aceita, o que representou incontestável vitória para o movimento.

Muitos outros avanços ocorreram e podemos dizer, neste início da década de 2000, que o movimento de mulheres pela saúde encontra-se bastante organizado. Essa organização se traduz no número de grupos e na participação em vários mecanismos de decisão de implementação das políticas públicas. A criação, em 1991, da *Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos* — atuante em 21 estados brasileiros — dá a dimensão do grau de organização.

A participação das mulheres nos movimentos pela saúde sempre foi propositiva e crítica, tentando fazer valer as principais reivindicações e atentando para as questões fundamentais colocadas pelas conferências da Nações Unidas, como a IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994, no Cairo) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995, em Pequim). Lembrando que ambas as conferências foram pautadas por reivindicações fundamentais dos movimentos de mulheres.

## **O surgimento do**

### **Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde**

Dentro do contexto da criação de grupos de mulheres lutando pela saúde e pelos direitos reprodutivos e sexuais, surge em 1981, na cidade de São Paulo, o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, que teve como fundadoras Elisabeth Souza Lobo, Maria José de Oliveira Araújo e Maria Tereza Verardo.

A proposta inaugural girou em torno do resgate da saúde como uma questão de direito das mulheres, e da compreensão de que as questões pessoais são questões políticas.

Os primeiros trabalhos do Coletivo realizaram-se em sindicatos, associações de bairro e outras entidades, situados na periferia e municípios vizinhos de São Paulo: Grajaú, Carapicuíba, Santa Isabel, Guarulhos, entre outros. Os cursos de sensibilização para questões da saúde da mulher estavam dirigidos para multiplicadores. O objetivo principal dos cursos era que, de posse de informações, as mulheres refletissem sobre corpo, saúde, contracepção, maternidade e, assim, se organizassem para melhorar suas condições de vida e passassem a participar da vida da comunidade e dos espaços públicos.

O Coletivo, ao receber várias solicitações para a criação de cursos, decidiu desenvolver um trabalho de formação de mulheres que se tornassem aptas a multiplicar a proposta. Como resultado desses cursos, o Coletivo publicou o caderno *O Prazer é Revolucionário* e elaborou outros materiais educativos referentes aos temas trabalhados.

Com a evolução desses trabalhos, as ativistas do Coletivo sentiram a necessidade de aprender ainda mais sobre as questões concernentes à saúde da mulher.

## **Nasce o ambulatório**

Ao longo do processo de maturação do Coletivo, suas integrantes perceberam a necessidade de sistematizar as experiências e criar um espaço em que a teoria e as reflexões pudessem ser aplicadas. Como inspiração para a criação do ambulatório, havia também a experiência vivida por Maria José de Oliveira Araújo no

*Dispensaire des Femmes*, em Genebra. Ao voltar ao país, Maria José percebeu que o movimento de mulheres pela saúde estava maduro para criar um ambulatório, que colocasse novos paradigmas de atendimento às mulheres.

Aceita a proposta de criação do ambulatório, começou o processo de formação e capacitação entre as próprias participantes, desde exercícios práticos até discussões acerca das questões que envolviam a saúde, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Essas discussões foram amplas e contaram com pessoas de várias áreas, isto é, profissionais de saúde, mulheres da universidade, mulheres dos movimentos de base, intelectuais etc.

O ambulatório finalmente foi aberto em 1984.

## **Parcerias & etc**

O Coletivo tem realizado importantes parcerias em São Paulo e em vários estados brasileiros. Uma parceria muito importante é com a universidade — onde o caminho é de ida e de volta, ou seja, de alimentação recíproca.

Dois exemplos concretos de parceria são uma pesquisa realizada com o Cemicamp, sobre o uso do diafragma, e a parceria realizada com o Departamento de Medicina Preventiva da USP, em torno da capacitação de profissionais de saúde para o atendimento à mulher em situação de violência sexual e doméstica.

O Coletivo também prestou e presta consultorias para várias prefeituras, como as de Porto Alegre, Goiânia, São Paulo, Santos, São José dos Campos, Cuiabá.

## **A história do Coletivo é uma história política**

A história do Coletivo está diretamente ligada ao avanço e à organização das mulheres em torno da saúde e dos direitos reprodutivos e sexuais. E, principalmente, com a necessidade da criação de um espaço, no qual as usuárias, de fato, pudessem ser ouvidas e tivessem outro tipo de atendimento. Um espaço de produção de novas práticas e de desenvolvimento de novas tecno-logias na área da saúde da mulher.

Enfim, um centro no qual usuárias e trabalhadoras do Coletivo pudessem aprender uma nova relação, diferente da relação hierarquizada que as mulheres tradicionalmente encontram no atendimento dos serviços públicos e privados de saúde.

Claro que o Coletivo não tem, nem nunca teve, intenção de substituir o Estado no atendimento às mulheres, mesmo porque isso seria impossível. A proposta é oferecer um novo modelo de atendimento.

Sua principal meta é que as usuárias, que passam pelos seus serviços, sintam-se satisfeitas em suas demandas. E que o modelo de atenção à saúde da mulher, criado pelo Coletivo, possa ser aproveitado em outros espaços, e que sejam os mais amplos e diversos possíveis. Este modelo prova que é possível romper com a relação hierarquizada, com a forma biologicista e individualista de enxergar a mulher dentro da consulta ginecológica.

Portanto, é um modelo político, pois se insere em um contexto mais amplo. Ele propõe uma intervenção positiva e propositiva nas políticas públicas de saúde, direitos reprodutivos e sexuais da mulher. É político, também, ao criar novos conceitos e fomentar novas tecnologias.

O Coletivo tem trabalhado, ao longo dos anos, com a promoção de cursos, debates, seminários, com a promoção de programas de capacitação e também com a produção de artigos, manuais e livros.

Assim, o Coletivo vem contribuindo para a melhoria da saúde da mulher brasileira, por meio da participação nas políticas públicas, ao apresentar um modelo possível de ser reaplicado. O Coletivo vem demonstrando na prática que, com pouco dinheiro, desejo político e pessoas capacitadas, é possível reverter, em nosso país, o difícil diagnóstico da saúde da mulher.